



Prefeitura Municipal de Canguçu
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº 131/2019

“DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

RESOLVE:

- ART. 1º** - Determinar a abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para averiguar os fatos narrados no requerimento protocolado sob nº 1886/2019 datado de 03 de abril de 2019, parte integrante desta portaria na forma de anexo, o qual relata um acidente de trânsito, envolvendo o servidor público municipal **NELSON LUIZ PINTO BASÍLIO**, Operador de Máquinas, matrícula nº 4445-8, quando este operava uma retro escavadeira de propriedade desta Prefeitura, placas IYY 2897, vindo a colidir em uma VW/Kombi placas IQB 6813 de propriedade do senhor Leandro Tessmar que teve prejuízos materiais, conforme fotos e orçamento dos valores.
- ART. 2º** - A comissão deverá apurar os fatos, com o levantamento completo da situação relatada, de acordo com as informações descritas no artigo 1º, bem como os documentos que integram esta Portaria; e, em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, apurar a responsabilidade do servidor, utilizando todos os meios cabíveis e legais, levando em conta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, para elucidar o fato de forma clara e conclusiva.
- ART. 3º** - A Comissão nomeada pelas Portarias nºs 079/2017, de 01.02.2017 e 319/2018, de 19.12.2018, que designa Membros Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, cujos membros titulares são: **RODRIGO THOMPSEN LARANGEIRA**, Advogado, matrícula nº 8911-7, **KAUANE DIAS SOARES PEDROSO**, Auxiliar de Administração nº 50125-5, e **CAREM ELUZA BRAGA QUINTANA**, Auxiliar de Administração, matrícula nº 08805-6 terão um prazo de 60 (sessenta) dias para realizar o Processo Administrativo Disciplinar, o qual deverá, obrigatoriamente, constar relatório circunstanciado e conclusivo.
- ART. 4º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
CANGUÇU/RS, 08 DE ABRIL DE 2019.

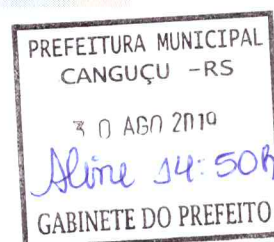
MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ELIEZER JORGE TIMM
Chefe de Gabinete do Prefeito

*Recibido em
11/04/19
Kauane*

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
RELATÓRIO DA COMISSÃO



Senhor Prefeito Municipal:

A Comissão de Processo Administrativo, designada para apurar os fatos apontados na Portaria nº 131/2019, quais seja, o acidente envolvendo o veículo guiado pelo servidor municipal Nelson Luiz Pinto Basílio e o particular Leandro Tessmer, proprietário de Kombi que realizava serviço terceirizado de transporte escolar municipal, vem à presença de Vossa Excelência apresentar o relatório conclusivo nos termos a seguir expostos:

I - PRELIMINARMENTE:

O processo transcorreu regularmente, não havendo incidentes ou nulidades. Com efeito, observo que o prazo inicial expirou, todavia a de se considerar a complexidade do feito e a jurisprudência acerca do assunto, especialmente emanada do Supremo Tribunal Federal – STF, entende que o processo administrativo pode ultrapassar o prazo, não havendo prejuízo, exceto a cessação de eventual concessão de liminar nele deferida, situação que nem ocorreu no caso concreto.

II - DOS FATOS APURADOS: DA PROVA TESTEMUNHAL e DOCUMENTAL:

Na análise do conjunto probatório, a Comissão colheu os depoimentos dos servidores Nelson Pinto Basílio, Michél Aldrighi Gonçalves, Dionatan Soares Schiavon e Glaiton Fernando Pinto Cardoso, bem como dos particulares Adão Stern e Leandro Tessmer, bem como analisou a documentação por este anexada, posto que o servidor apresentou tanto defesa prévia, quanto defesa final, bem como as fotos e orçamentos trazidos pelo particular.

III – CONCLUSÃO:

A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, na Sindicância Administrativa referente ao acidente envolvendo veículo da Prefeitura guiado pelo servidor Nelson Pinto Basílio, vem dizer o que segue:

Em seu depoimento (fls.15), o servidor declarou que, no que tange ao referido fato, ou seja, o acidente ocorrido quando trabalhava com uma retroescavadeira, fazendo rampa junto aos barrancos, realizando movimento de ida e volta, sendo que em uma das “voltas” uma Kombi teria de “atravessado” a estrada, acrescentando que a estrada é calma,

tendo pouco movimento, bem como a máquina possui sinalização (luzes de ré) quando está em reversão. Disse ainda que velocidade da máquina é em torno de 3km/h e que após o acidente falou com o motorista e que este teria admitido a culpa. Por fim, disse que não causou qualquer dano à máquina, tendo danificado significativamente a lateral da Kombi.

Sua defesa prévia, confirmou sua ausência de culpa, destacando ainda a falta de sinalização das estradas secundárias.

Posteriormente, prestou depoimento o Sr. Adão Stern, condutor da Kombi, empregado de Leandro Tessmer, que no dia do acidente, dirigia quando avistou a máquina em uma curva, e esta estava indo para frente, empurrando uma “malha” de bambu, tendo seguido em frente pois achou que o servidor havia lhe visto e que quando viu que a retro havia acionado o movimento de ré chegou a buzinar, acreditando porém que o servidor não lhe ouviu, em razão do barulho da retro. Falou ainda ter aprendido na “Autoescola que quem esta na via tem preferência, acreditando que o servidor não tomou todos os cuidados necessários na condução da máquina.

O Sr. Leandro Tessmer, proprietário da Kombi disse, enquanto prestava depoimento que no dia do acidente estava realizando transporte de outro veículo, recebeu um telefonema de seu funcionário que este teria sofrido um acidente de um retro com a Kombi, comparecendo ao local e ao conversar com o então Secretário Michél Aldrighi, foi solicitada a avaliação do dano através da juntada de orçamentos para buscar o ressarcimento através de procedimento administrativo.

Por sua vez, o servidor Michél Aldrighi, à época Secretário de Infra Estrutura Rural, ao ser questionado sobre o acidente, informou que neste dia estava em serviço com uma equipe na florinda, quando foi solicitada sua presença ao local do acidente, quando passou informações sobre como o requerente deveria proceder para solicitar ressarcimento dos prejuízos eventualmente enfrentados com o acidente.

Intimado para apresentar defesa final, indicou a oitiva das testemunhas Glaiton Fernando Pinto Cardoso e Dionatan Soares Schiavon, retificando, no mérito, as alegações trazidas da defesa prévia, ressaltando a culpa exclusiva do motorista da Kombi uma vez que não teria invadido a “mão de direção”, adentrando pouco mais de meio metro do leito da estrada, não prejudicando o trajeto da Kombi.

Intimado, a testemunha Dionatan Schiavon, afirmou que não presenciou o acidente, porém, afirmou que conhece a retroescavadeira envolvida no mesmo e que a máquina emite sinal sonoro quando está de ré, mais alto que buzina, e que trabalha em

velocidade bem lenta, bem como existe uma distância de segurança de 30m que deve ser mantida das máquinas que estão trabalhando, todavia inexistia placa nas mesmas.

Por sua vez, Glayton Fernando Pinto Cardoso, também não presenciou o acidente, porém viu o espaço percorrido pela retroescavadeira e que as marcas da roda que deixadas na estrada eram menores que um metro, bem como que a máquina possui sinalização sonora e luzes de ré, bem como que o motorista da máquina não tinha como enxergar a Kombi em razão de “ponto cego”. Acrescentou ainda eu há uma curva antes do local do acidente, não havendo como o operador ter uma visão ampla da estrada. Por fim, disse que o motorista da Kombi já havia passado pelo local, presumindo que tinha ciência da retro trabalhando.

Em análise aos depoimentos supra destacados, bem como ao restante da prova apresentada, resta evidente que não houve qualquer responsabilidade por parte do servidor no que toca ao acidente em comento, se não vejamos:

Os depoimentos forma claros ao mencionar da existência de luzes de ré, bem como sinal sonoro quando a máquina tivesse indo para trás, o que reputa que o motorista da Kombi tinha como perceber o movimento da retro.

Além disso, o motorista da Kombi afirmou “ter seguido em frente” pois achou que o servidor da retro tinha lhe visto, ou seja, não tomou todos os cuidados devidos, ou seja,

Por fim, deve-se também destacar a baixa velocidade que a máquina (retro) consegue imprimir, o que facilita qualquer manobra defensiva que poderia ter sido feita e não o foi.

Isto posto, afastada a responsabilidade do servidor, e a consequente desnecessidade de ressarcimento do particular requerente, posto que o mesmo agiu com culpa, nas modalidades imprudência e negligência, visto que deixou de tomar os cuidados devidos à direção defensiva que deveria ter observado.


Acreditando ter cumprido o que nos foi determinado, colocamo-nos a disposição de Vossa Excelência para maiores esclarecimentos se assim entender necessário.

Ao Sr. Prefeito Municipal para decisão.

Canguçu, 28 de Agosto de 2019.



Rodrigo T. Carangeira
Presidente da Comissão



Kauane S. Pedroso
Secretaria da Comissão

Carem B. Quintana
Membro da Comissão